



GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (GRI)

NORMAS INTERNAS DE FUNCIONAMENTO



GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (GRI)

NORMAS DE FUNCIONAMENTO

PREÂMBULO

O Estatuto da Ordem dos Engenheiros, adiante também designada Ordem ou OE, determina no seu Art.º 4.º relativo às suas atribuições no que concerne às Relações Internacionais, o seguinte:

- Desenvolver relações com associações afins, nacionais e estrangeiras, podendo constituir ou aderir a uniões e federações internacionais;
- Reconhecer as qualificações profissionais para o exercício da profissão de engenheiro obtida fora de Portugal por cidadãos de Estado membro da União Europeia ou Espaço Económico Europeu e, em condições de reciprocidade por cidadãos de países terceiros, nos termos da Lei, do direito da União Europeia, de convenção internacional ou com base em acordo de cooperação entre a Ordem e entidade afim estrangeira;
- Estabelecer formas de colaboração ou de cooperação com entidades europeias e estrangeiras que visem facilitar e incentivar a mobilidade dos profissionais, nomeadamente através da emissão, validação e utilização de carteira profissional europeia;
- Criar sempre que se justifique, formas de representação na União Europeia, no Espaço Económico Europeu e no estrangeiro, de modo a poder prestar serviços de apoio aos engenheiros que exerçam a sua atividade profissional.

A estratégia da Ordem dos Engenheiros no seu posicionamento internacional, visa dimensionar a sua representatividade e expressão ao mais alto nível de excelência, por forma a ser tomada em conta e a participar nas grandes decisões da engenharia a nível mundial.

Privilegia-se assim a participação da Ordem dos Engenheiros nas mais expressivas instituições mundiais e europeias de engenheiros, seja de cariz transversal, englobando todas as especialidades de engenharia, seja setorial, focalizada em áreas estreitas do conhecimento de engenharia.

A consubstanciação deste posicionamento da OE, por decisão ou apoio do Conselho Diretivo Nacional (CDN), pode em casos específicos traduzir-se na nomeação ou eleição para cargos executivos em associações internacionais de engenheiros onde a OE seja membro de pleno direito.

Atendendo ao interesse da engenharia portuguesa, também se destacam as relações bilaterais com associações congéneres de outros países, no sentido de se aprofundarem laços de cooperação, mobilidade e reciprocidade em condições de equidade.

Com o intuito de harmonizar de forma adequada todas as representações internacionais da OE, respetivas nomeações do CDN, autorização de representações, fluxo de informação, responsabilidades e apoio técnico e de secretariado, o CDN criou o Gabinete das Relações Internacionais, adiante também chamado de GRI, e emana as suas Normas de Funcionamento, passando a reger-se pelo seguinte:



Art.º 1.º

Âmbito

O presente regulamento estabelece o funcionamento do Gabinete de Relações Internacionais (GRI), o seu regimento, as suas atribuições e as suas obrigações, de forma a serem concentradas e organizadas todas as informações relativas às Relações Internacionais da Ordem dos Engenheiros num só departamento, contemplando, assim, toda a informação, registos, nomeações e documentação.

Art.º 2.º

Competências do Bastonário nas relações internacionais

Relativamente às atribuições do Bastonário, segundo o Art.º 38.º, cabe-lhe, entre outras, o seguinte:

1. Representar a Ordem.
2. Delegar nos vice-presidentes e nos presidentes dos conselhos diretivos regionais quaisquer das suas competências.

Art.º 3.º

Competências do CDN nas relações internacionais

Relativamente às atribuições do CDN, segundo o Art.º 40.º, cabe-lhe, entre outras, o seguinte:

1. Desenvolver as relações internacionais da Ordem.
2. Aprovar os acordos, convénios e protocolos de âmbito internacional e nacional, de acordo com as atribuições da Ordem, descritas em preâmbulo deste regulamento.

Art.º 4.º

Subordinação

1. O GRI funcionará na dependência direta do Bastonário ou do vice-presidente nacional com o pelouro das relações internacionais, ou em quem estes delegarem as competências singulares ou comuns.
2. As entidades referidas no ponto anterior poderão, caso o entendam, indicar outros interlocutores quer para fins genéricos, quer para fins específicos.

Art.º 5.º

Representações internacionais

Cabe ao CDN definir, aprovar, propor ou aceitar integrar ou fazer-se representar em associações internacionais de engenheiros, sob a forma de membro de pleno direito, observador ou através de qualquer outra dimensão institucional, sempre no interesse internacional da OE.

Art.º 6.º

Tipo de representações internacionais

As representações internacionais da Ordem dos Engenheiros dividem-se da seguinte forma:

- Membro de pleno direito, participante ou observador em uniões, federações ou associações internacionais de engenheiros, de dimensão mundial (ou não europeia), transversais às várias áreas de engenharia;
- Membro de pleno direito, participante ou observador em uniões, federações ou associações internacionais de engenheiros, de dimensão europeia, transversais às várias áreas de engenharia;
- Membro de pleno direito, participante ou observador em uniões, federações ou associações internacionais de engenheiros, de dimensão mundial (ou não europeia), setorializadas em áreas específicas de engenharia;
- Membro de pleno direito, participante ou observador em uniões, federações ou associações internacionais de engenheiros, de dimensão europeia, setorializadas em áreas específicas de engenharia;
- Relações bilaterais com países, em reciprocidade ou cooperação, com associações congéneres de engenheiros;
- Relações transfronteiriças, em cooperação, com associações congéneres de engenheiros;
- Participação em eventos internacionais sempre sob aprovação, caso a caso, pelo CDN;
- Nas relações internacionais cujo papel da OE é o de membro de pleno direito, a representação da OE pode também fazer-se através de cargos dirigentes nessas organizações.

Art.º 7.º

Nomeação de representações internacionais

A nomeação de representações internacionais da Ordem dos Engenheiros são competência do CDN, devem ser definidas no início de cada mandato ou sempre que se justifique e ter como representação limite o final do respetivo mandato do CDN, salvo superiores interesses da OE, sendo determinados os seguintes critérios de nomeação:

1. No caso de se tratar de representação em uniões, federações ou associações internacionais de engenheiros, de dimensão mundial (ou não europeia), transversais às várias áreas de engenharia em que a OE seja de membro de pleno direito, participante ou observador, o representante da Ordem dos Engenheiros é sempre o Bastonário, podendo este fazer-se substituir ou acompanhar por um dos vice-presidente por si indicado.
2. No caso de se tratar de representação em uniões, federações ou associações internacionais de engenheiros, de dimensão europeia, transversais às várias áreas de engenharia em que a OE seja de membro de pleno direito, participante ou observador, o representante da Ordem dos Engenheiros é sempre um dos vice-presidentes.

3. No caso de se tratar de representação em uniões, federações ou associações internacionais de engenheiros, de dimensão mundial (ou não europeia), setorializadas em áreas específicas de engenharia em que a OE seja de membro de pleno direito, participante ou observador, o representante da Ordem dos Engenheiros é sempre o Bastonário, podendo este fazer-se substituir, acompanhar ou delegar no presidente do colégio nacional ou no coordenador da especialização inerentes à área específica de engenharia.
4. No caso de se tratar de representação em uniões, federações ou associações internacionais de engenheiros, de dimensão europeia, setorializadas em áreas específicas de engenharia em que a OE seja de membro de pleno direito, participante ou observador, o representante da Ordem dos Engenheiros é sempre o presidente do colégio nacional ou o coordenador da especialização inerentes à área específica de engenharia.
5. No caso de se tratar de relações bilaterais, a representação far-se-á da seguinte forma:
 - a) Se em reciprocidade ou cooperação com associação congénere com intervenção transversal à engenharia, a representação faz-se sempre pelo Bastonário, podendo este fazer-se substituir, acompanhar ou delegar num vice-presidente ou membro do CDN;
 - b) Se em reciprocidade ou cooperação com associação congénere com intervenção setorializada a uma área de engenharia, a representação faz-se sempre pelo Bastonário, podendo este fazer-se substituir, acompanhar ou delegar num vice-presidente ou presidente do colégio nacional inerente à área específica de engenharia;
 - c) Se em reciprocidade, o CDN pode ainda nomear um representante local no país que detém acordo ou protocolo com a Ordem, desde que o representante seja membro efetivo da OE e cuja residência profissional seja no país em causa.
6. No caso de se tratar de relações transfronteiriças, estas devem ser autorizadas pelo CDN, e a representação far-se-á sempre pelo presidente do conselho diretivo regional da região portuguesa que faz fronteira terrestre com região espanhola limítrofe, podendo este fazer-se substituir, acompanhar ou delegar no respetivo coordenador regional de colégio caso se trate de relações transfronteiriças com associações congéneres setorializadas em áreas específicas de engenharia.
7. No caso de se tratar de representações ou participações esporádicas de dirigentes ou membros da OE em eventos internacionais, o CDN avaliará a eventual nomeação ou aprovação das mesmas atendendo aos superiores interesses da OE.
8. O CDN poderá ainda convidar membros eleitos, membros efetivos ou outros para representações em apoio, serviços, desígnios, grupos de trabalho ou comitativas internacionais, sempre com justificação específica.
9. Cada vez que o CDN nomeia um representante nas suas relações internacionais, deve ser dada informação aos seguintes interessados:
 - a) Ao membro que cessa funções de representação;
 - b) Ao membro que inicia funções de representação;

c) À direção da instituição internacional em causa;

d) A outros órgãos cuja informação se justifique.

Art.º 8.º

Sub nomeação em representações internacionais

A sub nomeação ou substituição de representações internacionais da Ordem dos Engenheiros só podem ser pré autorizadas pelo CDN, analisadas caso a caso atempadamente, de forma esporádica e por razões específicas do nomeado, justificando a razão ou interesse da mesma sem colidir com os interesses da Ordem e preferencialmente por motivos de força maior, uma vez que a nomeação representa por defeito uma inerência ao cargo de dirigente que ocupa.

Art.º 9.º

**Candidaturas a cargos dirigentes em uniões, federações
ou associações internacionais de engenheiros**

Atendendo à estratégia internacional e no superior interesse da OE, a de candidatura de membros da OE a uniões, federações ou associações internacionais de engenheiros, de dimensão mundial ou europeia, transversais ou não às várias áreas de engenharia, o CDN aprova a mesma se se tratar de uma iniciativa sua, e deve analisar e decidir a candidatura se se tratar de uma candidatura alheia ao CDN, ouvindo os órgãos envolvidos.

Art.º 10.º

**Exercício de cargos dirigentes em uniões, federações
ou associações internacionais de engenheiros**

A exercício de cargos dirigentes em uniões, federações ou associações internacionais de engenheiros, sempre que em representação da OE, deverão ser sempre acompanhados pelo GRI nos tramites de informação definidos e sempre de acordo com a estratégia internacional da OE, salvaguardando-se que todos os encargos desse exercício no cargo serão sempre suportados pela instituição internacional em causa para a qual a OE contribui, excetuando-se circunstâncias especiais, aprovadas pelo CDN e no superior interesse da OE.

Art.º 11.º

Funções e responsabilidades de representantes internacionais

A representação internacional da OE é sempre feita ao serviço da mesma e por nomeação do CDN, seguindo as linhas orientadoras e estratégia internacional da OE e nunca por agenda ou iniciativa própria do nomeado, tendo em consideração uma série de regras que se enumeram:

1. Das responsabilidades na representação:

- a) Representar condignamente a OE e a engenharia portuguesa;
- b) Corresponder ao enquadramento internacional da OE;
- c) Seguir as orientações do CDN como seu nomeado na representação internacional;



- d) Não tomar iniciativas próprias para além das pré-definidas estrategicamente, sem prévia consulta e aprovação do CDN;
 - e) Marcar presença nos eventos de participação obrigatória da OE.
2. Dos direitos inerentes à função:
- a) Apoio de secretariado e conteúdos à função por parte do GRI;
 - b) Preparação de deslocações com respetivas reservas e estadias após aprovação respetiva do órgão competente;
 - c) Pagamento ou ressarcimento de custos inerentes à representação (impresso de despesas de deslocação ao estrangeiro).
3. Das obrigações inerentes à função:
- a) Desenvolvimento e atualização de agenda e plano de ações anual da respetiva representação internacional até 31 de dezembro do ano anterior ao ano em causa (impresso 11.3.1);
 - b) Orçamento e justificativo para autorização antecipada da representação em cada evento internacional inerente à representação até 30 dias antes do início da mesma (impresso 11.3.2);
 - c) Relatório e memorando descrevendo cada representação até 10 dias uteis após a conclusão da mesma (impresso 11.3,3);
 - d) Preparar notícia para meios de comunicação interna ou externa da OE sempre que a representação em causa o justifique e do interesse da Ordem ou da engenharia portuguesa.

Art.º 12º

Funções e responsabilidades do Gabinete de Relações Internacionais da OE

O Gabinete de Relações Internacionais da Ordem dos Engenheiros, coordenado pelo Bastonário e pelo vice-presidente nacional com o pelouro das relações internacionais, é dotado de colaboradores que no que concerne às relações internacionais tem as seguintes atribuições:

1. Assessorar o Bastonário e o vice-presidente nacional com o pelouro das relações internacionais em todas as suas intervenções inerentes aos assuntos do GRI.
2. Apoiar e alertar os representantes internacionais nomeados pelo CDN naquilo que concerne às suas funções, direitos e obrigações.
3. Assegurar a execução do ponto 3 do artigo anterior quando a representação internacional é exercida pelo Bastonário ou vice-presidentes nacionais.
4. Criar, atualizar e monitorizar um arquivo, por instituição representada, relativo a todas as informações inerentes às representações internacionais e previstas neste regulamento.
5. Criar um quadro resumo com registos de representações internacionais (impresso 12.5.1).



6. Desenvolver, monitorizar e atualizar impressos relativos aos assuntos do GRI.
7. No que concerne a representações em uniões, federações ou associações internacionais de engenheiros:
 - a) Desenvolver quadro resumo de representações (impresso 12.7.1);
 - b) Interagir com o Secretariado Nacional (SN) aquando de deslocações e estadias relativas a representações em instituições de âmbito transversal à engenharia;
 - c) Interagir com o Gabinete dos Assuntos Profissionais (GAP) aquando de deslocações e estadias relativas a representações em instituições de âmbito setorializado a uma área específica de engenharia;
 - d) Apoiar na organização de eventos internacionais em Portugal se se tratam de instituições de âmbito transversal à engenharia;
 - e) Monitorizar o apoio do GAP na organização de eventos internacionais em Portugal se se tratam de instituições de âmbito setorializado a uma área específica de engenharia;
8. No que concerne a relações bilaterais internacionais:
 - a) Desenvolver quadro resumo de representações bilaterais (impresso 12.8.1);
 - b) Interagir com o Secretariado Nacional (SN) aquando de deslocações e estadias relativas a representações bilaterais;
 - c) Apoiar na organização de eventos bilaterais em Portugal;
 - d) Secretariar tecnicamente eventos bilaterais fora de Portugal;
 - e) Desenvolvimento, cadastro e monitorização de protocolos e convénios internacionais bilaterais, garantindo a sua vitalidade, na cooperação e reciprocidade (impresso 12.8,5);
 - f) No caso de mobilidade e reciprocidade de membros, ao abrigo de protocolo ou convénio bilateral, assegurar a respetiva parte administrativa do respetivo fluxo de membros;
 - g) Sob alçada do CDN, preparar, propor ajustamentos e monitorizar protocolos e convénios bilaterais;
 - h) Preparar notícias inerentes a relações internacionais bilaterais para publicação em meios de comunicação internos ou externos da OE.
9. Atender a todas as solicitações do CDN na pessoa do seu Bastonário ou vice-presidentes no que concerne aos assuntos de relações internacionais.

Aprovado em 20 de setembro de 2016